

Especializada

Atualizado em 7/10/2016 10:50:29

Defensoria Pública do Pará e FUNAI garantem direitos indígenas



A Defensoria Pública do Estado do Pará, através do atuante do Núcleo de Direitos Humanos, defensor público Johny Giffoni, em parceria com a Diretoria do Interior e Regional do Rio Capim e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e por meio do Coordenador Local, André Alves, realizou ação sobre os direitos indígenas em três aldeias de Tomé-Açu.

Nos dias 15 e 16 deste mês, a Defensoria esteve nas terras indígenas Tembé, cerca de 40km de Tomé-Açu, nas aldeias: Acará Mirim, Cuxiu-Mirim, Turé-Mariquita, tendo a participação de outras aldeias das TIs Tembé em Tomé-Açu. Cerca de 100 pessoas foram atendidas. “No primeiro momento, procedemos com alterações dos registros e inclusão do nome indígena da etnia. Fizemos também uma roda de conversa sobre os direitos dos povos indígenas e a evolução no tempo” explicou o defensor público Johny Giffoni.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais estabelece que seja garantida a retificação no registro de nascimento, no que tange à colocação da etnia e do nome utilizado por cada cidadão em sua própria aldeia, ou seja, como são conhecidos em sua cultura.

Igualmente, o disposto no art. 2º da Resolução Conjunta nº 3, de 19 de abril de 2012, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça: “no assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, à pedido do apresentante, nome indígena do registrando, de sua livre escolha”. Na prática, existem indígenas que estão registrados com nomes diferentes daqueles adotados em suas respectivas aldeias, como era o caso da maioria dos indígenas atendidos.

O atendimento trata de um projeto de reconhecimento de identidade indígena solicitado pela FUNAI à Defensoria Pública, o que acarretou o fortalecimento de laços de atuação da Defensoria Pública do Estado em parceria com outros entes, um dos objetivos da nova gestão

O atendimento trata de um projeto de reconhecimento de identidade indígena solicitado pela FUNAI à Defensoria Pública, o que acarretou o fortalecimento de laços de atuações da Defensoria Pública do Estado em parceria com outros entes, um dos objetivos da nova gestão da Defensoria Pública do Estado do Pará. A ação também deriva do Plano de 100 dias da Defensora Pública Geral Jeniffer de Barros Rodrigues, e visa levar o Núcleo de Direitos Humanos ao encontro de demandas de grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos indígenas.

Texto: **Andreza Marinho**

Foto: **Divulgação**